

# A INSURGÊNCIA SÉLÉKA E A INSEGURANÇA NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA ENTRE 2012 E 2014

Henry Kam Kah<sup>1</sup>

## Introdução

Muitos países africanos conhecem insurgência armada, agitação civil e instabilidade há vários anos. Dentre esses se encontram a Mauritânia, Níger, Nigéria, Chade, Sudão, Congo, Uganda, Quênia, Etiópia, Eritreia, Djibuti, Somália, República Democrática do Congo (RDC) e a República Centro Africana (RCA) (Joseph 2012, 23-25; Cilliers and Schünemann 2013, 9-10). Na África Subsaariana, em geral, o poder militar entre o Estado e a insurgência parece estar, muitas vezes, inclinando em favor deste último, obrigando os Estados africanos a frequentemente implantarem forças para além de suas fronteiras (Howe 2001, 1). No caso da Etiópia, por exemplo, o governo tem confrontado com o povo *Oromo* há um longo período e, na Somália, a bem conhecida brutalidade do *Al-Shabaab* soma-se a pirataria marítima, que fez do Chifre da África uma área de insegurança para embarcações. Tudo isso têm ameaçado a paz e a segurança não apenas no Chifre da África. Na Nigéria, a insurgência do *Boko Haram* no Nordeste do país, na fronteira com Camarões e Chade, e as atividades de milícias armadas no delta do Níger têm ameaçado a paz e a unidade desse colosso da África. Na África Central, região onde se localiza a RCA, guerras e conflitos como na RDC e no Chade criaram condições sociopolíticas e econômicas desfavoráveis. Além disso, há também uma proliferação da violência interestatal tanto interna quanto na sub-região, especialmente em países como a RCA, Chade e RDC. Em síntese, crises políticas recorrentes e hostilidades militares mantiveram a região continuamente nas manchetes no século 21 (Mwana Ali 1999, 90-91; Frère 2010, 1).

---

<sup>1</sup> Department of History, University of Buea, Buea, Southwest Region, Camarões. E-mail: ndangso@yahoo.com; henry.kah@ubuea.cm

A RCA, que é o foco deste estudo, é membro da Comunidade Econômica e Monetária dos Estados Africano Centrais, conhecido por seu acrônimo francês como CEMAC. É um Estado membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e muito rico em recursos naturais, nomeadamente diamante, ouro, cobre, urânio e madeira. A população do país é estimada em 4,5 milhões (Miles 2013). Em termos de formação, a população da RCA é uma fusão de vários grupos étnicos. O povo *Gbaya* procurou refúgio dos *Fulani*, do Norte do Camarões, migrando para dentro do país no início do século 19, enquanto que o povo *Banda*, que fugiu das incursões árabes muçulmanas de comércio de escravos do Sudão, seguiu o *Gbaya* mais tarde naquele século. O país tem mais de 80 grupos étnicos, cada um com sua própria língua e práticas culturais. Os maiores grupos étnicos do país incluem o *Gbaya* (33%), *Banda* (27%), *Mandjia* (13%), *Sara* (10%), *Mboum* (7%), *M'Baka* (4%) e *Yakoma* (4%). Outros grupos étnicos menores compõem os restantes 2% da população. Existem diferentes grupos religiosos no país. Destes grupos religiosos, 35% da população está inclinada a crenças indígenas, 25% aderem ao protestantismo e outros 25% são católicos, enquanto cerca de 15% professam a religião muçulmana (Alusala 2007, 11).

Em termos de qualidade de vida, a RCA possui um dos mais baixos índices do continente africano, apesar de seus ricos dotes naturais. No domínio das infraestruturas, a rede rodoviária do país não é regularmente mantida e algumas comunidades sofrem escassez crônica de água potável. O país também é politicamente instável, a corrupção e o roubo em estradas são frequentes e o clima econômico é incerto, atraindo pouco investimento estrangeiro. De modo geral, a RCA possui poucas instituições estatais que funcionam, uma economia em frangalhos, uma população empobrecida e um aparato de segurança em completa desordem (N'Ddiaye 2007, 1; Central African Republic Country Level Information; Country Profile Central African Republic). Estes problemas combinados tornaram o país vulnerável a insurgência armada e a instabilidade na sub-região Centro Africana, dando origem a várias formas de intervenção e interferência advinda de Estados vizinhos crédulos e egoístas.

Neste estudo examinamos o caminho seguido pelo movimento *Séléka* para a derrubada do governo de Bozizé em março em 2013, e a saída de Michel Djotodia, que foi substituído por Catherine Samba-Panza em janeiro de 2014. Esta é uma das muitas insurgências que ocorreram no país desde a sua independência em agosto de 1960. As raízes históricas da instabilidade e desintegração no país serão examinadas como proposta em demonstrar que a RCA desde a sua criação teve problemas e estes se manifestaram em períodos de guerras fratricidas. O estudo também examina as queixas

dos insurgentes *Séléka*, os desafios da nova administração *Séléka* e do atual governo de Catherine Samba-Panza, que se não forem bem tratados serão ainda suscetíveis de mergulhar o país em um caos ainda maior, como foi o caso antes da insurreição armada de março de 2013 e as posteriores represálias militar e contra militar.

Este estudo é significativo por vários motivos. O fato de que a RCA tem sido notícia por sua instabilidade, crise de liderança, golpes e insurreições armadas são acontecimentos que demonstram a necessidade de um estudo para desvendar os fatores responsáveis por tais flagelos. É um país rico em recursos naturais, como madeira, ouro, cobre e diamante, mas, paradoxalmente, um dos mais pobres do mundo. A saga do país só confirma a maldição dos recursos que tem caracterizado os países com vastos recursos naturais, como Nigéria e Angola. Um estudo deste país é uma contribuição para essa teoria da maldição dos recursos, a qual tem caracterizado muitos países africanos abençoados com recursos naturais. Novamente, o estudo é importante porque a instabilidade contínua da RCA é uma indicação ou da falha ou incapacidade da CEEAC e CEMAC em estabelecer a paz e a estabilidade no país. Em vez disso, o país tem se envolvido em conflitos sérios com dois membros desses blocos, nomeadamente Chade e RDC. Se estes agrupamentos regionais são incapazes de fazer frente a tal instabilidade, é ainda mais desafiador para a União Africana (UA) alcançar uma unidade continental, paz e estabilidade na África. Uma compreensão da insurgência *Séléka* na RCA pode ser traçada a partir das raízes históricas do país.

## Raízes históricas de instabilidade

A raiz da crise e instabilidade na África Central como um todo foi resultado da política francesa de assimilação, esta que se tornou o princípio norteador da administração colonial. Forje (2005, 228) argumenta que as políticas de assimilação adotadas pelos franceses na África Central foram vistas como uma traição da soberania nacional. Essa traição da soberania foi agravada pela elite governante que ascendia, esta que a converteu em uma nova forma de hegemonia. Esta nova forma de hegemonia manifestou-se sob a forma de transferência de propriedade do Estado em propriedade pessoal /privada, de etnicização do Estado e pela criação de uma dinastia familiar como fonte legítima da sucessão. Forje (2005) também argumenta que a soberania da população desta sub-região foi avidamente tomada por uma pequena elite privilegiada. Eles instituíram a política de exclusão em vez de inclusão. O resultado desse tipo de política após a independência foi colocar a África Central em estado de turbulência. A criação da RCA do período da colonização à independência em 1960 testemunhou uma

manifestação de tendências hegemônicas de maneiras diferentes e em momentos diferentes.

As numerosas crises na RCA têm suas raízes na história do país, do passado a sua independência da França em 13 de agosto de 1960. A administração colonial francesa e o tráfico de escravos árabe na área contribuíram negativamente para a futura estabilidade do país. O território foi inicialmente organizado em 1894 como a colônia de *Ubangi-Shari* e, posteriormente, unido administrativamente com o Chade em 1905. Em 1910, o território foi incorporado à África Equatorial Francesa (*Afrique Equatoriale Française*, AEF), que era uma federação composta por três colônias, nomeadamente Gabão, Médio Congo (*Moyen Congo*) e *Ubangi-Shari-Chade*. Quatro anos mais tarde, o Chade foi separado da colônia *Ubangi-Shari* e constituiu-se em um território separado. O *Ubangi-Shari*, como a RCA era intitulada durante aquele período, recebeu menos atenção e recursos da França se comparado com outros territórios da AEF, nomeadamente a atual República do Congo, Gabão e Chade. Em vez disso, uma parcela de sua população foi obrigada a trabalhar em projetos de infraestrutura em outras partes da AEF, acontecimento que trouxe pouco benefício para o território *Ubangi-Shari*. Além disso, as incursões árabes nos atuais Chade e Sudão resultaram no declínio da população de grandes áreas da RCA. Isso acabou por ter um efeito sobre o desenvolvimento e nas tensões étnicas e religiosas no país hoje (Alusala 2007, 11; Berman e Lombard 2008, 3).

A administração colonial francesa e as incursões árabes de comércio de escravos lançaram as bases do presente caos na RCA com ramificações em países vizinhos como o Chade e o Sudão. A administração do território como parte integrante da AEF não fez com que os franceses dedicassem recursos para o seu próprio desenvolvimento separado. Eles canalizaram recursos para o desenvolvimento de outras áreas, especialmente na República do Congo e do Gabão à custa do povo da RCA. Para piorar, a população foi levada embora para trabalhar na infraestrutura de outros territórios, enquanto a sua própria infraestrutura era abandonada. O país permaneceu pobre e pouco desenvolvido durante todo o período da administração colonial francesa. A administração conjunta do RCA com o Chade aparentemente deu aos governantes do Chade pós-independência a justificativa de intervir nos assuntos internos da RCA, e aos grupos armados de ambos os países a possibilidade em operarem, impunemente, ao longo da fronteira, desestabilizando os governos de ambos os países. Por outro lado, as incursões árabes através do território criaram uma cultura de agressão, que agora se manifesta nos presentes raptos ou sequestros, uma prática comum entre os beligerantes na luta pelo controle da RCA. O resultado das incursões árabes também acarretou a proliferação de armas leves e de

baixo calibre (*small arms and light weapons* - SALW) que tem continuado a desestabilizar a RCA e seus vizinhos na atualidade.

Novamente, a administração colonial de *Ubangi-Shari* foi subfinanciada e, principalmente, mal treinada. Tal administração também criou um regime brutal e autoritário no país, porém ineficaz. Este governo colocou ênfase em *commodities* como o algodão e utilizou de meios coercitivos para cobrar impostos sobre a população. Além disso, a exploração de diamantes e de ouro, que os franceses iniciaram em 1927, ficou restrita aos europeus, que foram os beneficiados (Bauters 2012, 9). Na época da independência, o país era um dos mais pobres e subdesenvolvidos. Seus problemas foram agravados pelos governos autoritários de David Dacko e seu sucessor Jean-Bedel Bokassa. Dacko e Bokassa, este que se declarou imperador, estabeleceram um regime autoritário semelhante ao dos franceses durante a era colonial. Dacko reforçou seu controle sobre o poder através de reformas constitucionais em 1962 e 1964. Estas reformas concentraram o poder nas mãos do executivo e removeram em efetivo a ideia de partidos políticos competindo pelo poder. O presidente proibiu sindicatos independentes no país e a censura tornou-se mais severa. Do outro lado, Jean-Bedel Bokassa se declarou “presidente vitalício” em 1972 e imperador em 1977 (Polity IV País 2010, 1; Bauters 2012, 10-12). Os impostos do governo colonial sobre os produtores de algodão foram aumentados, tornando a vida muito difícil para os camponeses. Os problemas da RCA podem ser entendidos num contexto da administração ineficaz e autocrática dos franceses e dos primeiros líderes que governaram o país depois de adquirir sua independência da França em 13 de agosto de 1960.

O caminho para a liberdade da RCA do julgo francês em agosto de 1960 foi, em si, problemático e marcado pela discórdia na liderança política do país. O chefe de governo durante o período de transição para a independência, o ex-padre católico Barthélemy Boganda preferiu deixar seu partido, o Movimento para a Evolução Social da África Negra (*Movement for the Social Evolution of Black Africa* - MESAN), sob o controle de seu primo, David Dacko, este que acabaria se tornando o primeiro presidente da RCA independente após a morte de Boganda num acidente de avião. Jean-Bedel Bokassa, primo de David Dacko e Chefe do Estado Maior durante a administração deste, assumiria o poder através de um golpe (Alusala 2007, 12; Bauters 2012, 10). A etnicização da liderança e da governança na RCA também foi buscada pelo general André Kolingba, quando tomou o poder em 1981. Durante seu mandato, que durou até 1993, Kolingba, descaradamente, inflou as Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) com membros do seu grupo étnico *Yakima*, um dos menores do país. Ange-Félix Patassé, que sucedeu Kolingba em 1993, agravou ainda mais esse quadro

quando criou grupos de milícias em linhas étnicas para apoiar o seu regime. Essas milícias eram compostas, majoritariamente, por membros advindos da região de origem de Patassé que pertenciam aos grupos *Sara*, *Kaba* e *Gbaya*. Inclusive, a administração do general François Bozizé (2003-2013) foi acusada de considerações étnicas na liderança do país (A Widening War 2007, 3; Bauters 2012, 14). Este foi um precedente estabelecido por Boganda e energicamente perseguido pelos seus sucessores que governaram o país após a independência.

## O caminho para o Golpe Militar de março de 2013

O caminho traçado pelo movimento *Séléka* para tomada do poder na RCA em março de 2013 convenientemente pode ser delineada a partir das eleições multipartidárias de 1993. O General André Kolingba, que governou a RCA como propriedade privada de 1981 até 1993, finalmente cedeu à vontade do povo e aos ventos da mudança que soprava do Oeste para toda a África. Embora esta eleição tenha levado a uma mudança no topo da hierarquia do Estado, ela abriu a porta para agitação civil, motins militares, instabilidade e guerra civil no país (Frère 2010, 2). Sua derrota nas eleições gerais de 1993 lançou as bases para inúmeras tentativas de golpe ao governo de Ange-Félix Patassé e, eventualmente, à insurreição armada em março de 2013 e a derrota do governo do general François Bozizé. Entre 1993 e 2003, ano em que Ange-Félix Patassé foi deposto por Bozizé e seus homens, sete tentativas de golpe já haviam sido organizadas contra o governo Patassé. Isso não foi uma mera coincidência, mas um resultado de um sistema não confiável de governo que foi posto em prática por líderes, nomeadamente David Dacko, Jean-Bédél Bokassa e André Kolingba. Esta situação também foi agravada pela situação econômica muito difícil que a RCA passou na década de 1990 após a crise econômica mundial de meados dos anos 1980.

Quando Patassé foi democraticamente eleito presidente da RCA, em 1993, ele, infelizmente, seguiu os passos de André Kolingba, promovendo a etnia na governança do Estado (Forje 2005, 227-228). Durante sua administração, Kolingba havia embarcado em um recrutamento maciço dos *Yakoma*, seu grupo étnico, para o exército. No momento em que ele foi derrotado nas eleições de 1993, 70% do exército era composto por Yakomas, que constituem apenas 4% da população da RCA. Em vez de reprimir este problema e dar à RCA um caráter verdadeiramente nacional, Patassé o acentuou, explorando sua herança nórdica para ganho político. A etnicização do espaço público tem sido uma característica comum dos países da África Central (Fomin 2005, 167) desde suas independências política na década de 1960. Esta etnicização dos problemas de governança foi agravada na

RCA devido à criação de uma divisão entre os *Riverains* e *Savaniers*, como os povos do Sul e do Norte eram referidos. O Presidente Patassé redistribuiu os *Yakomas* e a maioria dos Guardas Presidenciais passou a ser da etnia *Sara-Kaba* do Norte.

A maciça presença dos *Yakomas* no serviço militar tornou-se uma fonte de instabilidade para o governo de Patassé entre 1993 até sua derrubada, em 2003, por Bozizé (Polity IV Country Report 2010, 3; Mehler 2009). Apesar disso, o Norte da RCA permaneceu relativamente subdesenvolvido sob a presidência de Patassé, que era desta região. A reforma iniciada por Patassé nos serviços de segurança criou um fosso entre a FACA, o exército regular e os guardas presidenciais, o que levou a problemas graves de segurança para o país (Bauters 2012, 13). De 1991 até as derrubadas de Patassé e Bozizé, as forças de segurança da RCA foram divididas como nunca antes. Este é um dos problemas que levaram às tentativas de Kolingba e Bozizé, em 2001 e 2002 respectivamente, a derrubar o regime Patassé e culminaram com a derrota das forças de Patassé em 2003.

Embora grupos armados existissem na RCA desde os anos finais de 1970 e iniciais de 1980, isto é, entre as administrações Bokassa e Kolingba, grupos como o *Mouvement centrafricain pour la liberation nationale* (MCLN) de Rudolph Idi Lala dificilmente eram considerados como uma questão de urgência, visto que durante este período as armas de fogo ainda eram escassas. Após a queda de Bokassa, o número de armas que já estavam sendo contrabandeadas do Chade se elevou quando o governo de Hissène Habré foi derrubado em 1990. Um número ainda maior de armas foi contrabandeado para o país após a queda de Mobutu na RDC em 1997. Como muitas armas foram contrabandeadas, crianças foram cooptadas para a luta dos grupos armados (Ayike 2005, 192; Organised Crime 2011, 7). O presidente Patassé assumiu a liderança da RCA quando estavam aumentando no país os números de armas e grupos armados (Bauters 2012, 18). Diversos outros grupos armados surgiram para desafiar os já existentes e também as forças governamentais, criando uma situação de insegurança e instabilidade. Alguns deles estavam ansiosos para controlar os recursos naturais das diferentes partes do país. Patassé foi, portanto, confrontado com o problema de lidar com as diferenças entre os diferentes serviços militares, e de suprimir grupos armados, muitos dos quais operados com apoio de países vizinhos como a RDC, Sudão e Chade.

A crise militar na RCA em 1996 foi exacerbada por uma grave crise política que levou ao descontentamento generalizado da população com relação aos problemas sociais e econômicos do país. Devido à prolongada falta de pagamento de salários em atraso dos soldados, os civis foram regularmente atacados pelos homens de uniforme (Internal Displacement



2007, 9; Taylor 2005, 241; IFAD Participation in the Debt Initiative 2008, 1). Até mesmo os funcionários públicos e trabalhadores do governo passaram por uma década de salários não pagos, o que agravou a crise sociopolítica do país a partir de 1996 (Central African Republic, Country Level Information). Para se proteger e continuar a liderar a RCA, Patassé não apenas recorreu ao apoio estrangeiro da Líbia e da República Democrática do Congo, mas também criou um grupo armado pessoal conhecido como *karako* (amendoim na língua local *Sango*) (Mehler 2009; Bauters 2012, 13). Os problemas econômicos foram agravados pela desvalorização do franco CFA em 50% devido à pressão internacional, o que empobreceu ainda mais a população (Berman 2008, 6). Consequentemente houve o aumento em meados da década de 1990 da violência contra o Estado, que ameaçava sua existência e estabilidade, bem como tornavam Patassé vulnerável a várias tentativas de golpe durante todo o período de sua administração.

A demissão do Chefe de Gabinete do presidente Patassé em 2001, general François Bozizé, fez com que este fugisse para o Chade onde buscou mobilizar forças contrárias ao presidente, no intuito de assumir a liderança no país. Juntamente com Bozizé, várias centenas de seus apoiadores também fugiram para o Chade. Eles estavam determinados a levar o governo de Patassé ao declínio (War Crimes 2003, 36). A assistência dada pelo governo do Chade, paralelamente ao apoio de vários grupos armados na parte Norte da RCA, encontra-se ancorada em razões estratégicas. Uma dessas razões era, presumivelmente, proteger os campos de petróleo do Chade e fazer a fronteira com a RCA segura para os diversos interesses, inclusive econômicos, do Chade. Não tivesse Patassé, acertadamente, rejeitado Bozizé, seu governo poderia ter sobrevivido para além do golpe militar de 2003. Ele também poderia ter organizado com sucesso outra eleição além da realizada em 1999, garantindo uma transferência pacífica de poder e a consolidação da democracia no país. Incapaz de suportar os incessantes ataques armados do grupo rebelde de Bozizé, os homens de Patassé foram derrotados após serem dominados pelos seguidores de Bozizé, estes com a ajuda dos chadianos. O palácio presidencial passou a ser controlado por Bozizé quando o Presidente Patassé estava em uma cúpula da Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD) no Níger (Mehler 2009). Após seu retorno, o presidente foi impedido de pousar no aeroporto de seu país, sendo forçado a voar para Camarões e, posteriormente, se deslocando até o Togo, onde se exilou.

Outras motivações que levaram ao crescente ódio para com o governo Patassé incluem a generalizada má gestão e o enriquecimento da elite dominante do país. Houve também a compra direta de membros do parlamento e a exclusão dos grupos anteriormente privilegiados, como os



*Yakimas* durante o governo de André Kolingba (Mehler de 2009). Estas queixas da população formaram a base para os motins militares de 1996-1997, para as tentativas de golpe de 2001/2002 e para a rebelião bem-sucedida de 2003, que testemunhou a transição de Patassé para Bozizé. O cidadão comum não conseguia entender por que os recursos públicos eram mal administrados e os privilegiados se enriqueciam enquanto que eles próprios não tinham serviços básicos como água e eletricidade. O governo de Patassé não poderia também ter resistido a uma insurreição armada contra ele por causa da política de exclusão e tratamento seletivo que adotou. Tal política colocou muitos grupos do Sul contra os do Norte. Esta foi a primeira vez que alguém do Norte foi o líder do país (Country Profile 2007, 4) e a população da região noroeste, densamente populosa e empobrecida, ansiava por melhorias na região, as quais não pareciam estar próximas.

A parte Norte da RCA, que esperava muito de um presidente que advinha de sua região, desenvolveu dúvidas para com o governo do Patassé. O Presidente teve que criar uma força especial fora do exército regular em uma tentativa de combater as incursões transfronteiriças dos homens de Bozizé no Norte e de grupos armados (*coupeurs de route*). Essa força foi liderada pelo coronel Abdoulaye Miskine, um ex-comandante do Chade. Esta força especial de mercenários era um grupo misturado, com alguns que tinham ligações com o ex-presidente Hissène Habré e outros com Goukouni Queiddeye. Eles cometeram graves atrocidades sobre a população no Norte como foi relatado por organizações de direitos humanos locais (Bauters 2012, 13; War Crimes 2003, 36; Ghura 2004, 14). Opositores do governo, especialmente o coronel Miskine, este que tinha ligações com o Chade, o criticaram por excessos no Norte do país. No entanto, foi uma difícil tarefa resolver os problemas das *coupeurs des routes* e os ataques armados orquestrados por Bozizé e os seus homens por causa das fronteiras porosas da região e os seus inúmeros grupos armados que atuavam para além das fronteiras do Sudão e do Chade, países com um longo histórico de guerras civis. Bozizé se tornou presidente por meio de tomada do poder, mas logo depois ele se deparou com problemas com os seus apoiadores, o que explica por que houve oposição à sua administração, culminando em uma insurgência e posterior derrota.

## **A insurgência Séléka de dezembro de 2012 a março de 2013**

A insurgência *Séléka* de 24 de março de 2013 e a mudança de liderança de François Bozizé para Michel Am Nondroko Djotodia foi devido a vários fatores que datam das negociações de paz com o governo em 2007.

A palavra “*Séléka*” é a palavra em Sango para “união” ou “aliança”, ou seja, uma coalizão de cerca de cinco grupos rebeldes separados que incluem a *Union des forces démocratiques pour le rassemblement* (UFDR), a *Convention des patriots pour la justice et la paix* (CPJP), a *Convention patriotique pour le salut Wa Kodro* (CSPK) e dois outros grupos se juntaram às fileiras da *Séléka*, nomeadamente o *Front démocratique du peuple Centrafricain* (FDPC) e um grupo chadiano chamado de *Front populaire pour le redressement* (FPR). Estes grupos são principalmente do inquieto Nordeste da RCA, uma região geograficamente isolada, historicamente marginalizada e com limitada atuação estatal. Dentro das fileiras da coligação, também se encontravam jihadistas islâmicos do Chade e do Sudão. Combatentes do Exército de Resistência do Senhor (ERS), também se juntaram aos rebeldes *Séléka* no cerco ao governo da RCA (Central African Republic Conflict 2012 to Present; Miles 2013; Vircoulon 2013; Urgent Humanitarian Needs 2013; Looming Food Crisis 2013; *Séléka* Rebels in the Central African Republic 16 May 2013). Antes da derrota do governo de Bozizé, esses grupos receberam o apoio de combatentes armados do vizinho Sudão, conhecidos como *Janjaweed*, que foram acusados de cometer atrocidades contra civis na região de Darfur (Larson 2013).

O caminho para a rebelião *Séléka* é, de fato, um efeito da Guerra Civil na RCA ocorrida entre 2004 e 2007. A guerra começou apenas um ano após Bozizé ter tomado o poder em um golpe militar enquanto o presidente Patassé estava participando de uma cúpula no Níger. Esta guerra começou com uma rebelião organizada pela UFDR no nordeste da RCA liderada por Michel Djotodia. A guerra logo se transformou em um grande conflito onde as forças da UFDR lutaram contra o governo central juntamente com outros grupos rebeldes localizados em outras partes da RCA. Dentre esses outros grupos rebeldes, incluíam-se o *Groupe d'action patriotique pour la liberation de Centrafrique* (GAPLC), o CPJP, *L'Armée populaire pour la restauration de la république et la démocratie* (APRD), o *Mouvements des libérateurs Centrafricains pour la justice* (MLCJ) e a *Front démocratique Centrafricain* (FDC). O ataque combinado ao novo governo de Bozizé destes grupos levou ao deslocamento de milhares de pessoas por aproximadamente três anos (Central African Republic Conflict 2012-Present). Apesar de um acordo de paz entre o governo Bozizé e o CPJP para encerrar com a guerra civil, a violência política continuava, em especial nas regiões leste e central da RCA. Tornou-se evidente que a legitimidade do governo de Bozizé havia sido seriamente desafiada por outros grupos armados que se recusaram a assinar um acordo de paz com o governo. Enquanto o governo não suprimisse esses grupos nem fornecesse a liderança incontestável do país era claro, desde o seu início em 2003, que ele seria condenado ao fracasso no futuro.

A insurgência *Séléka* assumiu uma fase muito combativa em dezembro de 2012. Entre as razões que foram utilizadas pelos grupos rebeldes para realizar a guerra contra o governo central estão o argumento de que não havia solução para o problema dos grupos armados do nordeste da RCA, abusos de direitos humanos, a falta de um programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) para os lutadores, bem como um deficiente sistema de segurança no país. O desarmamento dos combatentes havia sido planejado desde os acordos de Libreville em 2007 e 2008, mas nunca foi implementado devido à falta de interesse político do regime Bozizé. Por exemplo, os acordos entre o governo e os grupos rebeldes incluíam apoio financeiro e outras formas de assistência para os insurgentes que depusessem suas armas (Central African Republic Déja-Vu 2008; Urgent Humanitarian Needs 2013; Miles 2013; Boas and Hentz 2013, 2; *Séléka* Central Africa's 24 March 2013; Central African Republic 10 May 2013; Ngoupana 2013).

A liderança *Séléka* também afirmou que eles estavam lutando motivados pela falta de progresso após um acordo de paz que encerrou a Guerra Civil de 2004-2007 (Central African Republic Conflict 2012-Present). Dom. Aguirre Monus, um bispo católico, no entanto argumentou que o principal objetivo da coalizão *Séléka* era derrubar o governo e impor um regime de cunho islâmico. Ele sustentou que a maioria dos membros pertencentes à coalizão eram jihadistas que falavam árabe, matavam, estupravam civis, e saqueavam casas e missões cristãs, não mesquitas (Africa/Central African Republic <http://www.news.va/thepopeapp/>). Embora o bispo visse na *Séléka* um grupo jihadista lutando para impor o Islã na RCA, a coligação era mais complexa em seus objetivos e associações que simplesmente religião. Seja qual for o caso, só o tempo dirá se o argumento do bispo e de outros observadores é verdadeiro. Além disso, apenas 15% da população da RCA é muçulmana (Azikiwe 2013). A maioria da população adere a outros grupos religiosos, nomeadamente ao protestantismo, ao catolicismo e às religiões indígenas. Isso, por si só, foi suficiente para impedir a coligação *Séléka* de impor um Estado teocrático na RCA e, desde a saída de Michel Djotodia, o conflito muçulmano/cristão continuou.

Apesar do argumento da *Séléka* em justificar a insurreição na RCA em 2013, existem opiniões contrárias quanto à sua verdadeira motivação. Por exemplo, de acordo com Alex Vines da *Chatham House* (Instituto com sede em Londres que estuda assuntos internacionais) as ações do *Séléka* foram baseadas puramente em ambição. Ele postula que “eles [os membros da *Séléka*] não têm visão de desenvolvimento para a RCA. É exclusivamente sobre redistribuição do patrimônio roubado do Estado” (*Associated Press*, 01 de abril de 2013). Esse argumento poderia ser apoiado pela atitude das elites

do país. Nenhum membro dessas elites foi acusado de crimes de guerra ou por outros delitos foi assassinado no processo. As mesmas elites que formam Ministros do governo hoje tornar-se-ão rebeldes amanhã, lutando contra o governo e o Estado. Também é difícil explicar a impunidade com que os sucessivos governos privatizaram o Estado e seus recursos para membros de seu grupo étnico ou para uns poucos privilegiados na medida em que, depois de sua derrota, o próximo governo é refém de lealdades étnicas e grupos anteriormente privilegiados. Com a interação complexa de questões, só se pode concordar parcialmente com o argumento de Alex Vine que a coalizão *Séléka* queria participação ou controle completo da redistribuição dos recursos do país, liderando-o.

Havia outras razões para o surgimento da *Séléka* na RCA e a guerra travada sobre o governo de François Bozizé. Por um longo tempo, houve uma falta de governança nas regiões administrativas do Norte (Vakaga e Haute Kotto), as fronteiras permeáveis e contrabando generalizado de armas e outros bens nesta região constituiu um ambiente perfeito para o surgimento da coalizão *Séléka*. Outras queixas das pessoas que levaram a insurgência *Séléka* sobre o governo incluíam a imposição de Bozizé de seus parentes no governo de transição, o rearmamento através da compra de helicópteros, e seu atraso na libertação dos prisioneiros políticos, tal como acordado durante os acordos com a oposição. Militantes *Séléka* também exigiram a retirada das tropas sul-africanas, que foram implantadas em Bangui, em 2012, devido a um acordo entre o governo Sul-Africano e o da RCA. Os rebeldes também foram encorajados pelo fato de que seus companheiros regionais na África Central, durante as conversações de paz Libreville, culpavam Bozizé por encerrar o espaço político e o diálogo com a oposição. Prova disso foi vista no fato de que a força multinacional da CEMAC na RCA (FOMUC) não interveio quando os rebeldes avançaram e assumiram Bangui (Vircoulon 2013; Central African Republic 12 March 2013). Havia, portanto, uma atmosfera de incerteza generalizada, considerando a não aplicação dos Acordos de Libreville com cada parte culpando a outra por não os implementar. A coligação *Séléka* levou vantagem deste e de outras queixas para lançar um ataque sustentado sobre o governo em dezembro 2012, levando a mais um acordo de paz ou de cessar-fogo em 11 de janeiro de 2013.

A forte presença *Séléka* contra o governo de Bozizé a partir do final de novembro 2012 forçou o governo à mesa de negociação, mais uma vez em janeiro de 2013. Este foi mais porque entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013, a guerra levou a uma crise alimentar iminente por causa do aumento nos preços, entre outras consequências. Em 11 de Janeiro de 2013, um acordo de cessar-fogo foi assinado em Libreville, Gabão, através da

mediação da CEMAC. Na sequência do acordo, a coalizão *Séléka* anunciou o seu pedido de renúncia de François Bozizé, este que havia decidido nomear um primeiro-ministro da oposição em 18 de janeiro de 2013. Mantendo o acordo, Bozizé nomeou Nicolas Tiangaye como primeiro-ministro em substituição de Faustin-Archange Touadéra. O Líder Sênior *Séléka*, Michel Djotodia tornou-se o ministro da Defesa. Para fazer cumprir o acordo de cessar-fogo, tropas estrangeiras, incluindo as da África do Sul, foram mobilizadas para ajudar a impor o acordo de paz.

Apesar destes compromissos e do envio de tropas estrangeiras para novamente direcionar a RCA no caminho da paz e da estabilidade, o cessar-fogo foi quebrado após seis dias da realização do acordo, com acusações mútuas de desrespeito aos pontos acordados (BBC News 21 de março de 2013). Em março, a *Séléka* retirou Djotodia e outros quatro ministros do governo de transição e pediu a retirada da Força Nacional de Defesa da África do Sul (FNDAS) que estava protegendo Bangui, a capital da RCA. Esta foi uma clara indicação do colapso do acordo de cessar-fogo de janeiro e também um desafio para o governo Bozizé, mesmo tendo a coligação, ainda durante o acordo de cessar-fogo de janeiro de 2013, concordado com seu mandato até as eleições de 2016. Isso também foi um indicativo das desconfianças que surgiram nos quadros da *Séléka*. Alguns comandantes militares da coalizão sentiram que Djotodia tinha apressado a negociação de um acordo com Bozizé favorável a seu interesse, e não segundo os interesses dos combatentes (Vircoulon 2013; Besseling 2013).

A retirada de Djotodia e de outros quatro Ministros da coalizão do governo foi o início de uma guerra de fracasso para o governo de Bozizé e de sucesso para a coalizão rebelde. A conjuntura mudou drasticamente, porém não em favor do governo de Bozizé. A coligação multiplicou seus ataques às cidades principais e trouxe-as sob seu controle. Bangui, a capital da RCA, finalmente se rendeu em 24 de março de 2013 e o presidente Bozizé fugiu para o Camarões. Mais tarde naquele dia, Michel Djotodia declarou-se presidente do país, sendo a Constituição suspensa e a Assembleia Nacional dissolvida. Djotodia comprometeu-se a respeitar o acordo de paz que foi assinado no início de 2013. Anteriormente, ele havia declarado que iria governar o país por três anos e, posteriormente, organizar eleições. Após o golpe, as fronteiras da RCA foram fechadas para os países vizinhos. O governo de Djotodia foi condenado pelos Estados membros da CEMAC (*Global Times* 2013), entretanto, paradoxalmente, anunciou a formação de um Conselho de Transição inclusivo e a realização de eleições em 18 meses, e não três anos, como previsto por Djotodia. A eventual criação de um Parlamento de transição de 105 membros e a eleição de Djotodia (que já havia se declarado presidente anteriormente) como o único candidato, levou

ao reconhecimento tácito do governo por líderes africanos. Djotodia foi o primeiro presidente da RCA advindo da remota, negligenciada e grande região Nordeste do país.

Interessado em impor sua autoridade no país após a queda do governo de Bozizé, o novo líder militar da RCA, em 31 de março de 2013, nomeou um governo. Este governo consistia de nove membros da *Séléka*. Havia oito representantes de partidos que se opuseram a Bozizé, enquanto ele estava no cargo e outro membro do governo era associado ao governo Bozizé. Dezesesseis posições foram reservadas para os representantes da sociedade civil, mas a oposição ao governo *Séléka* argumentou que estes eram, em verdade, aliados da *Séléka* disfarçados (Central African Republic Conflict 2012-Present). O governo de Michel Djotodia encontrou uma miríade de problemas no país, um cenário de instabilidade incontornável, que explica porque, juntamente com a pressão da CEEAC e da França, seu governo foi obrigado a renunciar. A partida de Djotodia em 10 de janeiro 2014 não diminuiu o conflito na RCA. Ao contrário, ela exacerbou a disputa entre a maioria muçulmana *Séléka* e grupos cristãos *anti-Balaka*. Isto ocorre, em parte, porque se durante o reinado de Djotodia muitos cristãos foram perseguidos, quando da ascensão de Samba-Panza, estes passaram a retaliar seus antigos opressores (*Deutsche Welle* 2014; *Global Post* 2014; Handy 2014; Krumova 2014; Neill 2014; Ottaro 2014).

Logo após a coalizão *Séléka* assumir a liderança da RCA, seus combatentes iniciaram um ciclo de execução de adversários, estupros em massa e pilhagem de casas. Eles também recrutaram crianças e sequestraram pessoas vulneráveis. Os combatentes visavam, particularmente, membros da FACA e, em plena luz do dia, muitas mortes ocorreram nas áreas urbanas. Comandantes da coalizão pareciam incapazes de manter a disciplina dentro das fileiras dos combatentes da *Séléka* (Ngoupana 30 March 2013; Ngoupana 16 April 2013; *Vatican Radio* 16 May 2013; *Reuters* 10 May 2013). Ao contrário do que estabelece o Processo de Kimberley, que faz com que a origem do diamante vendido no mercado mundial seja feita conhecida, elementos da *Séléka* foram profundamente intensificando seu controle sobre a lucrativa indústria de diamantes e estavam vendendo algumas das pedras de forma ilegal (Larson 2013; *Séléka Rebels Gain Control* 11 May 2013).

Em meio à indignação contra os excessos dos combatentes *Séléka*, Djotodia criou uma Comissão Nacional de Inquérito para investigar e informar sobre crimes e abusos dos direitos humanos cometidos na RCA desde 2002, incluindo não só o regime de Patassé mas também o de Bozizé (*Reuters* 10 de maio de 2013). Isto pode ser considerado como uma abordagem evasiva aos abusos flagrantes dos direitos humanos das forças da coligação desde março de 2013. O estabelecimento da Comissão

pelo governo liderado por Djotodia foi uma forma de ganhar tempo e deixar o assunto assentar. Isto poderia ter sido possível se esta comissão tivesse conseguido garantir sua autoridade sobre as instituições do Estado. Também foi difícil para uma coalizão de forças com diversas agendas trabalhar de modo coerente, porque cada um deles queria reposicionar-se no processo de tomada de decisão do país.

Outros problemas sociais que emergiram da insurgência *Séléka* na RCA incluem a precariedade nos serviços de saúde para a população e a desnutrição. Isso foi por causa da insegurança alimentar, do aumento dos preços dos já escassos alimentos, da escassez de água limpa e potável. Durante o período de tensão em Bangui, em abril de 2013, apenas dois hospitais estavam funcionando. Escolas foram fechadas em todo o país e os funcionários públicos não poderiam voltar a trabalhar. O encerramento das fronteiras do país pelo novo governo teve um efeito devastador sobre as pessoas, visto que porque os bens não puderam ser importados a partir do porto de Douala, nos Camarões. Douala é o principal porto de exportação e importação da RCA. Um mês após o golpe de Estado militar na RCA, os serviços de moto táxi e motoristas de ônibus entraram em greve por causa da insegurança, extorsão e violência contra eles (*África/África Central Fides.org*). Estes foram alguns dos sinais que indicavam os enormes desafios que aguardava o governo liderado pela *Séléka*. Estes e outros desafios explicam porque ainda há questões pendentes na RCA, que deveriam ser resolvidos pelo governo de Catherine Samba-Panza, sucessora de Michel Djotodia.

## Questões pendentes e o futuro da RCA

Se alguém acompanha os argumentos que foram apresentados pelos combatentes *Séléka* para justificar a insurreição armada contra o governo de Bozizé, ou aqueles apresentados por Catherine Samba-Panza de que ainda há grave instabilidade sócio-política na RCA, não há necessidade de repensar o futuro da RCA. O ano de 2013 terminou com saldo negativo para a RCA, este indicado durante a Sexta Cúpula de Chefes de Estado e de Governos da CEEAC (realizada no Chade de 8 a 11 de janeiro de 2014), quando houve pressão sobre Michel Djotodia e o Primeiro-ministro Nicolas Tiangaye à demitirem-se (*Global Post* 2014; Handy 2014). O controle do poder na RCA foi para as mãos de Catherine Samba-Panza no final de janeiro de 2014. Apesar disso, a situação da segurança permanece frágil, com ex-rebeldes indisciplinados e descontentes circulando pela capital e cidades menores à noite, saqueando, estuprando e matando impunemente. Tais questões são agravadas pelo fato de que as pessoas com nomes que soam islâmicos pagam mais em bloqueios de estradas construídos nas



regiões Sul e Oeste do país. Pessoas do Nordeste da RCA tem encontrado cada vez mais dificuldade para obter documentos de identidade nacionais, o que é frustrante (Krumova 2014). Outro desafio grave de segurança para o governo de transição de Samba-Panza é a passividade das forças armadas e da polícia em face da violência, que culminou na frustração e no ressentimento da população. As preocupações de que elementos anti-*balaka* estão se infiltrando no exército são más notícias, porque isso irá polarizar ainda mais a situação de segurança no país. Armas também continuam a circular, criando o medo e a tensão entre os grupos beligerantes (Chignac 2014).

A partir de 2013, crianças-soldados percorreram as ruas e comunidades e viveram em constante estado de desconfiança e com um sentimento de vingança por causa de mágoas passadas (CAR Chaos 2013). As forças *Séléka* continuaram a perseguir e eliminar antigos membros da FACA, com base em suas preparações com relação ao retorno do ex-presidente François Bozizé (Briefing 2013). Isso pode ter sido reforçado pelos ataques a Bangui no início de dezembro de 2013 por milícias e outros homens armados leais a Bozizé. O ataque resultou na morte de centenas de pessoas a tiros, por ataques de facão e por apedrejamento (Hussain 2013). O vácuo na segurança da administração, causado pela fuga das tropas restantes da FACA, da polícia, da *gendarmérie*, bem como das autoridades jurídicas e civis, contribuiu para o acerto de contas e impunidade aos membros *Séléka* liderados por Michel Djotodia.

Portanto, quando Catherine Samba-Panza foi eleita em 20 de janeiro de 2014, ela herdou uma complexa situação de insegurança que se mantém até os dias atuais. Atualmente, os combatentes anti-*balaka* se compõem de pessoas de áreas rurais. Eles carregam consigo armas tradicionais e caseiras e usam os *grigris* (amuletos mágicos), convencidos de que estes os tornarão invisíveis e à prova de balas e mísseis. A maioria deles são adolescentes analfabetos, cujas famílias foram mortas e suas aldeias queimadas pelos combatentes *Séléka*. Durante a insurreição *Séléka*, eles perderam praticamente tudo e estão em Bangui em busca de vingança. Além do ataque aos membros do *Séléka*, tais combatentes os querem desarmados e os chamam de “árabes” (Vircoulon and Lesueur 2014; Katz 2014). Este é apenas uma das muitas violações dos direitos humanos no país.

Dentre outros problemas que comprometeram um governo funcional na RCA incluem o desarmamento, a desmobilização e a reintegração dos combatentes *Séléka* e ex-FACA. A coesão que existia dentro das fileiras da coalizão *Séléka* antes da derrubada do ex-presidente se dissipou e hoje existem grupos rivais, mesmo após a saída de Djotodia, que procuram continuar a controlar os assuntos da RCA. A *Séléka* está

fragmentada porque suas forças irregulares foram acusadas de criar um exército paralelo e uma força policial em áreas sob seu controle. Vários de seus porta-vozes têm apelado repetidamente para a partição da RCA em dois estados, um Estado muçulmano e outro cristão. A preocupação também é decorrente da criação de uma nova milícia, a Organização da Resistência Muçulmana Centro Africana (*Organisation of the Central African Muslim Resistance* - ORMC), que foi criada por um dos ex-assessores de Djotodia (Neill 2014). Estes desenvolvimentos não são destinados a encontrar uma solução duradoura para a insegurança na RCA, mas para consolidar posições e continuar a pilhagem de recursos estatais em meio ao caos. As fissuras visíveis no grupo *Séléka* alargaram-se e cada um dos movimentos dentro da coalizão está lutando, aproximadamente, como uma unidade independente. A própria tensão entre partidários de Bozizé, de Djotodia e do que resta do exército nacional tem apenas alimentado o conflito cristão-muçulmano, levando a mortes, a destruição e ao deslocamento de pessoas dentro de seu próprio país (Vircoulon e Lesueur 2014).

Em Bangui, mais de 40.000 pessoas estão abrigadas em torno do aeroporto da cidade, onde os franceses estabeleceram uma base desde 2002. A Anistia Internacional documentou muitos desses problemas que têm dificultado até mesmo a assistência humanitária às pessoas necessitadas (Briefing, 2013; Moshiri 2013). O pior de tudo é que fica claro que o país não tem um governo funcional, embora o poder tenha mudado de Michel Djotodia para Catherine Samba-Panza desde janeiro de 2014. Isto foi adequadamente observado por Mossiter (2014), este que descreveu o governo como sendo incapaz de controlar a totalidade do país. Esta situação precária, que começou com a derrubada de Bozizé, fez o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, argumentar que “o governo de transição não está funcionando corretamente” (Kelemen 2013).

A questão da legitimidade e do nepotismo continua a ser um problema sério na luta para trazer a paz à RCA. Embora em sua eleição Samba-Panza tenha sido amplamente aclamada por sua personalidade forte, entre outros fatores, ela tem sido criticada por algumas de suas ações. Samba-Panza foi acusada, com ou sem razão, pela nomeação de amigos como Ministros. Sua filha é vista como sendo a Diretora de Gabinete (Mossiter 2014). A presidente reconheceu que sua decisão de nomear a maioria dos Ministros de sua própria Região Leste culminou em certo ressentimento no país (Chignac 2014). Ex-presidentes como André Kolingba, Ange Félix Patassé e Bozizé foram igualmente acusados de nepotismo e favorecimento, e, juntamente com outras críticas, tiveram suas administrações interrompidas. O futuro do país, que a própria Samba-Panza reconhece, depende de uma verdadeira reconciliação nacional, entretanto como isso poderia ser realizado se

peças que cometeram atos repreensíveis não são perdoadas, mas sim punidas, como afirmado claramente por Catherine Samba-Panza na mesma entrevista que ela concedeu.

Os problemas da RCA que são indicadores de questões não resolvidas têm sua base na história do país. Desde a independência, muitas das leis que foram promulgadas não são devidamente aplicadas pelos líderes. Dignitários de alto nível desrespeitam as regras, sentindo os acima da lei. Embora desde a independência o país tenha conhecido conflito político interno, foi a partir dos anos finais de 1970 que a disputa entre facções se tornou visível. O Estado por um longo tempo tem sido incapaz de garantir a segurança dos seus cidadãos ou de suas fronteiras, e grupos armados se movem e agem livremente através da fronteira. Devido aos numerosos conflitos no país, mais de 103.153 pessoas foram deslocadas internamente até 2011. É um ditado comum no país que “o Estado para no PK 12”, que indica que o alcance e o controle oficial do governo não ultrapassam 12 km de raio em torno de Bangui, capital da RCA. Isto levou ao surgimento de estruturas paralelas que substituem as frágeis instituições do Estado em diferentes partes do país (Zafar and Kubota 2003; Unicef Central African Republic 2009; Frère 2010, 3-10; Central African Republic November 2011; Bauters 2012) e na Bangui de hoje. Mais uma vez, na RCA, os governantes de hoje são os rebeldes de ontem e os ex-membros do círculo íntimo que caiu em desgraça, fogem e se juntam a movimentos rebeldes. Ficou claro desde o início que a coalizão *Séléka* não poderia resolver os problemas da RCA quando os grupos que constituem esta coligação tinham diferentes agendas. Atualmente, depois de Djotodia, esses grupos estão se fragmentando e agravando a situação, já precária, da segurança do país vizinho, Camarões.

Outra questão não acabada na evolução política da RCA são as diferenças que existiram ao longo dos anos entre a FACA (uma força pequena e ineficaz e composta de várias facções que muitas vezes percebem uns aos outros como rivais), a Guarda Presidencial (sendo a mais conhecida) e a *Gendarmerie* (que opera por conta própria). Em verdade, ao invés de complementar o exército, a *Gendarmerie*, historicamente, tem competido com ele ou com outras agências de segurança do governo. Tudo isso pela confiança do presidente e pelo suporte para a exclusão dos outros. Desde sua criação, logo após a independência, a *Gendarmerie* às vezes tem funcionado de forma independente e em outros momentos servindo o chefe do Estado Maior das forças armadas (Berman and Lombard 2008, 15; Bauters 2012, 24). Tal situação é agravada pela proliferação de grupos de autodefesa. Sempre que há uma mudança de governo, os militares são afetados.

Na presente circunstância, os combatentes *Séléka* e anti-*balaka* estão restritos ao campo de batalha e isso tem um impacto sobre o sistema

de segurança da RCA. Ex-soldados FACA e outros que servem o governo de Bozizé foram eliminados ou forçados a fugir. Tal problema é muito grave porque a segurança do país não pode ser etnicizada (como foi feito por Kolingba, Patassé e Bozizé) nem alterada à vontade por aqueles que tomaram o poder à força. Logo após a *Séléka* ter assumido o controle de Bangui, seus membros começaram a atacar e matar combatentes regulares. O problema para o governo é como desmobilizar e reintegrar ex-combatentes e ex-forças regulares do país. Esta foi uma das razões que levaram ao ataque ao governo de Bozizé, e isso pode ser desafiador ao novo governo de Catherine Samba-Panza, especialmente por causa da contínua luta entre as forças concorrentes. Embora ela tenha prometido durante sua cerimônia de posse “salvaguardar a paz, reforçar a unidade nacional, garantir o bem-estar do povo centro-africano, e cumprir conscientemente o meu trabalho sem considerações étnicas, regionais ou religiosas” (*Global Post* 2014; *The Guardian* 2014), evidências apontam para uma situação diferente, mais complexa do que antes.

O fato do *Séléka* ser uma coalizão de grupos de dentro e fora da RCA é um problema e é provável que isso venha a ser uma fonte de desacordo entre as lideranças no futuro. A experiência mostra que a tomada de poder de Bozizé ocorreu graças ao apoio de forças rebeldes do Chade. Quando ele assumiu o controle do Estado, ele fez uso de combatentes chadianos em sua segurança. Mal tinha tomado o governo, a Guerra Civil de 2004 a 2007 eclodiu. Muitos dos ex-combatentes estavam insatisfeitos com a remuneração paga por terem escolhido lutarem contra o governo. Durante as negociações entre o governo e os rebeldes, a questão do desarmamento, desmobilização e reintegração tornou-se um assunto delicado. Como as pessoas poderiam ser desarmadas, desmobilizadas e reintegradas quando não havia garantias de que isso ocorresse? Os grupos armados que lutaram contra o governo acusaram-no de não fazer isso acontecer. Continua a ser um problema, hoje o surgimento de diferentes facções anti-*balaka* e a tendência *Séléka* de excluir o outro da tomada de decisão da RCA.

Estes problemas nos últimos meses de 2013 resultaram na intervenção de diferentes atores. A França aumentou suas tropas no país para fornecer “o mínimo de segurança para permitir que uma intervenção humanitária seja posta em prática” (*French Troops* 2013). Há também uma força multinacional que seria liderada pela União Africana (UA) para ajudar na restauração da paz e na reconstrução das instituições da RCA. Os Estados Unidos autorizaram até 100 milhões de dólares em apoio das forças da UA na região. Além de auxiliar no transporte, via helicóptero, de forças do Burundi até as forças multinacionais na RCA. Apelações foram feitas para a União Europeia e o Conselho de Segurança da ONU a agir rápido

para conter a onda de uma catástrofe na RCA (Pellerin 2013; Kelemen 2013). Atualmente, milhares de tropas estão na RCA sob a coordenação do MISCA, mas apesar de sua presença, o conflito continua no país. Um número maior de tropas é necessário para atuação nas áreas mais instáveis.

A formação de um governo depois de uma insurgência dá-se através de acordos e desacordos dentro dos beligerantes e outras forças ansiosas para participar do governo. Na sequência da tomada do controle militar em março de 2013 e da formação do governo de transição, já existem vozes discordantes condenando a distribuição de cargos. Muitos interpretaram o governo como um regime Séléka opressivo de exclusão de outros. Eles também estão criticando o governo de Catherine Samba-Panza por não ser inclusivo o suficiente para restabelecer a paz e a união do país. Outras vozes argumentaram que a tentativa de expandir a partilha do poder (*Power-sharing*) pode realmente aumentar a instabilidade no Estado (Bekoe 2013). Apreensões foram também expressas contra Djotodia, acusando-o de querer transformar a RCA em um estado islâmico. O mesmo pode ser dito da presidenta cristã Samba-Panza, entretanto, como o governo responderá a ela, bem como seus Ministros servirão a população, determinarão as respostas a sua administração. A responsabilidade recai, portanto, sobre esses ministros e a todo o gabinete, sendo eles responsáveis por subjugar os interesses sectários e servirem o país com o objetivo de trazer paz e estabilidade duradouras, trabalhando com a UA e com a Comunidade Internacional.

A saída para alguns dos problemas da RCA é evitar que os políticos descontentes usem de grupos armados recém-formados e que abordem queixas locais para se relançarem na cena política, e que o país desenvolva instituições democráticas funcionáveis. Há também necessidade de abordar queixas locais e desenvolver a confiança nos representantes eleitos pelo povo durante a restauração de sua dignidade. É também importante, para Catherine Samba-Panza, aprender com os erros dos líderes anteriores e depois forjar novas interações com a elite política existente para apaziguar diferentes interesses étnicos e reunir a população para reconstruir um país destruído por muitos anos de insurreições. Samba-Panza reconheceu isso quando apelou a toda população para ajudá-la a reconstruir o país. Discursar para si mesmo, sem ação concreta, não irá resolver o problema. Bekoe (2013) argumenta que se algumas destas questões forem consideradas, afastaria um golpe, o autor também sugere que uma parceria crítica é necessária com a cidadania para inspirar confiança e apoio. Tal possibilidade se torna realizável através de séria reforma conciliatória e do desarmamento, que é, no entanto, um problema, visto que o Estado é incapaz de fazer sentir a sua presença em todos os recantos do país. Com base nas fontes de

instabilidade, o governo da RCA deve realmente se envolver em relações bilaterais significativas com países vizinhos para lidar com os problemas dos refugiados e outros grupos insurgentes. Isso pode ser mutuamente benéfico se estabelecer a paz e tentar ajudar estes países a resolver seus problemas, visto que, por extensão, ele vai lidar com alguns dos problemas complexos associados à instabilidade nestes países vizinhos. Em suma, será também uma maneira de resolver alguns dos problemas da RCA.

## Conclusão

Neste estudo procurou-se mostrar que alguns países da África subsaariana têm uma história de insurgência ou agitação civil que tem sido resultado de fatores internos e externos. Exemplos destes países foram destacados. Embora alguns desses tenham tentado resolver tais problemas, outros ainda estão envolvidos em revoltas, tornando-os próximos aos *Failed States*. A África Central, região em que a RCA pertence, teve sua própria quota de tais problemas e têm sido uma fonte de insegurança e desestabilização não só dentro, mas também entre os países da região.

As raízes históricas da insurgência na RCA foram traçadas neste estudo. A instabilidade política e conflitos internos no país foram introduzidos pelos franceses e os comerciantes árabes de escravos na região antes da colonização do território pelos franceses. Grupos foram lançados uns contra outros e o desenvolvimento foi desigual, levando a problemas para o país quando alcançada a independência política em agosto de 1960. A centralização da administração nas mãos de uma pequena elite seguiu a independência do território. Os líderes etnicizaram o aparelho do Estado, com exclusão de outros indivíduos competentes pertencentes a outros grupos étnicos. O resultado foi constantes golpes militares e os problemas do país permaneceram insolúveis por sucessivos regimes na RCA. As queixas do povo acumularam e transbordaram sempre que havia uma oportunidade no âmbito dos respectivos governos que governaram a RCA, especialmente a partir do final dos anos 1970. A insurgência de 2012-2013, que levou à derrubada do governo de Bozizé, como também de regimes anteriores, estava enraizada na história da criação e gestão da RCA. Michel Djotodia, em um cenário de grande instabilidade existente na RCA, acabou fugindo para o Benin, país de onde assiste a situação dramática de seu país natal.

O estudo discutiu os acontecimentos que levaram à captura de poder pela *Séléka* na RCA. Vários fatores foram responsáveis pela rebelião contra o governo, que tinha a sua base nas promessas não cumpridas do

governo Bozizé, na não observância dos acordos de Libreville, entre outros. Embora na sequência de um acordo de cessar-fogo em janeiro de 2013, que contou com a participação da *Séléka* no governo de transição, eles logo se retiraram do governo em março de 2013 e, já em 24 deste mesmo mês, haviam tomado o poder. Examinamos o contexto em que o governo *Séléka* assumiu o poder e mostrou que ainda há muitas questões não resolvidas na RCA que o governo de Catherine Samba-Panza deve, verdadeiramente, abordar para que o país possa avançar para o caminho da paz, estabilidade, unidade nacional e integração. Deve haver uma tentativa sustentada e comprometida de diagnosticar os problemas dos regimes anteriores do país com vistas à criação de instituições confiáveis e a conduzir uma eleição decente em fevereiro do próximo ano. Qualquer solução inferior a isso pode ser considerada como fadada ao fracasso uma vez que dará bases para a insurgência e insegurança, que são as marcas registradas na RCA na atualidade.

## REFERÊNCIAS

- Africa/Central Africa-A Month after the Conquest of Bangui Rebels Continue to Vex the Population. Fides.org.
- Africa/Central African Republic. “Seleka consists largely of jihadists, our Situation is Similar to that of Mali” Says the Bishop of Bangassou. <http://www.news.va/thepopeapp/>
- Alusala, Nelson. 2007. “Armed Conflict and Disarmament: Selected Central African Case Studies”. *ISS Monographs Series* (129) March.
- “A Widening War around Sudan: The Proliferation of Armed Groups in the Central African Republic”, *Sudan Issue Brief* (5), January 2007.
- Ayike, Margaret. 2005. “Protection against Human Rights Abuses in the Central African Sub-Region: The Case of Children.” In *Central Africa: Crises, Reform and Reconstruction* edited by E.S.D. Fomin and John W. Forje (eds.), 189-209. Dakar: CODESRIA.
- Azikiwe, Abayomi. 2013. “Seleka Rebels form New Government in the Central African Republic.”, *Global Research*, 1 April.
- Bangui Fighting between Seleka and Residents ‘Kills 17’. *BBC News*,



30 March 2013.

Bangui Fighting between Seleka and Residents ‘Kills 17.’ *BBC News Africa*, 15 April 2013.

Bassell, Sarah and Kelly Campbell. 2008. *Toward Resolving Chad’s Interlocking Conflicts USIPEACE Briefing*.

Bauters, Jasper. 2012. *A Taxonomy of Non-State Armed Actors in the Central African Republic. Interns and Volunteers Series*, Antwerp.

Bekoe, Dorina. 2013. “Coups Proofing: Lessons from the Region for the Central African Republic.” *Africa Watch* 1, June 6.

Berman, Eric G. and Louisa N. Lombard. 2008. *The Central African Republic and Small Arms A Regional Tinderbox*. Geneva: Small Arms Survey, Graduate School of International and Development Studies.

Besseling, Robert. 2013. *CAR: Where Now for the Seleka Rebel Insurgency?* *Think Africa Press*, 14 January.

Bøas, Morten and James J. Hentz. 2013. “African Security in 2013: A Year of Dis-equilibrium?”. Norwegian Peacebuilding Resource Centre Report, April.

“Briefing: Crisis in the Central African Republic”, *Conciliation Resources*, August 2013.

“Central African Republic: A State of Silent Crisis”, *Medicins sans Frontieres*, November 2011.

“CAR Chaos Escalates far Beyond Capital”, *Aljazeera*, 17 December 2013.

“Central African Republic: Catherine Samba-Panza Sworn in as CAR Interim President.” <http://www.theguardian.com/world/2014/jan/23/catherine-samba-panza-sworn-in-central-african-republic>, 14 June 2014.

Central African Republic Conflict (2012-Present).

Central African Republic Country Level Information.

Central African Republic Déja-Vu Peace (Dis)agreements that are Detrimental to Victims. International Federation for Human Rights No. 513a, December 2008.

“Central African Republic’s Seleka Leader to Attend N’Djamena Summit”, *Global Times*, 2013.

- “Central African Republic Seleka Rebels Seize Bangassou.”, *BBC News*, 12 March 2013.
- “Central African Republic Seleka Rebels “Seize” Towns”, *BBC News*, 21 March 2013.
- Chignac, Francois. 2014. “CAR President: Those Who Committed Reprehensible Acts Will Answer for them.” <http://www.euronews.com/2014/02/11/central-african-republic-president-samba-panza-those-who-committed-/>, 16 June 2014.
- Cilliers, Jakkie and Julia Schünemann. 2013. “The Future of Intrastate Conflict in Africa: More Violence or Greater Peace?” *Institute for Security Studies Paper* 246 May.
- Country Profile Central African Republic.
- Country Profile 2007 Central African Republic. London: The Economist Intelligence Unit.
- Crisis-Hit Central African Republic Elects First Female Interim President. <http://www.globalpost.com/dispatch/news/regions/africa/140120/crisis-hit-car-gets-first-female-interim-president>, 14 June 2014.
- Debos, Marielle. 2008. “Fluid Loyalties in a Regional Crisis: Chadian ‘Ex-Liberators’ in the Central African Republic.”, *African Affairs*, 1-17.
- De Maio, Jennifer L. 2010. “Is War Contagious: The Transnationalisation of Conflict in Darfur.”, *African Studies Quarterly* 11, (4): 25-44.
- Fomin, E.S.D. 2005. “Traumas, Memories and ‘Modern’ Politics in Central Africa.” In *Central Africa: Crises, Reform and Reconstruction* edited by E.S.D. Fomin and John W. Forje (eds.), 157-174. Dakar: CODESRIA.
- Forje, John W. 2005. “Rethinking Political Will and Empowerment as Missing Dimensions in Post-Conflict Reform and Reconstruction in the Central African Sub-Region.” In *Central Africa: Crises, Reform and Reconstruction* edited by E.S.D. Fomin and John W. Forje (eds.), 223-240. Dakar: CODESRIA.
- “French Troop Reinforcements Arrive in Central African Republic”, *The Telegraph*, 21 December, 2013.
- Frère, Marie-Soleil. 2010. “The Media and Elections in Post-Conflict Central African Countries.” Paper on Conference on Election Processes, Liberation Movements and Democratic Change in Africa, Maputo, April 8-11.
- “From Mayor to Interim President of CAR: A Portrait of Catherine Samba-Panza”, <http://www.dw.de/from-mayor-to-interim-president-of-car-a-portrait-of-catherine-samba-panza/a-17376200>, 16 June 2014.
- Ghura, Dhaneshwar and Benoît Mercereau. 2004. “Political Instability

- and Growth: The Central African Republic”, *IMF Working Paper WP/04/80*.
- Handy, Simon P. Alain. 2014. “Catherine Samba-Panza: New Hope for Central African Republic?” <http://www.adjazeera.com/indepth/opinion/2014/01/catherine-samba-panza-new-hope-201412265942549291.html>, 16 June 2014.
- Hoslag, Jonathan. 2011. “China and the Coups: Coping with Political Instability in Africa.”, *African Affairs*, 1-20.
- Howe, Herbert M. 2001. Excerpted from *Ambiguous Order: Military Forces in African States*, 1-27. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Hussain, Misha. 2013. “Central African Republic Violence Unabated Despite French African Military Presence”, *AllAfrica Global Media*, 19 December.
- IFAD’s Participation in the Debt Initiative for Heavily Indebted Poor Countries: Proposals for the Central African Republic and the Republic of Liberia and the 2008 Progress Report Executive Board-Ninety-Fifth Session Rome, 15-17 December, 2008.
- “Internal Displacement in Central African Republic: A Protection Crisis”. Norwegian Refugee Council, Internal Displacement Monitoring Centre, 26 January 2007.
- Joseph, Richard. 2012. *Insecurity and Counter-Insurgency in Africa*. The Brookings Institution, Africa Growth Initiative, 23-25.
- Katz, Andrew. 2014. “Meet Catherine Samba-Panza, Central African Republic’s New Interim President.” <http://world.time.com/2014/01/23/meet-catherine-samba-panza-central-african-republics-new-interim-president/>, 16 June 2014.
- Kelemen, Michele. 2013. “US Envoy: Time for Intervention in Central African Republic.” NPR, 18 December.
- Krumova, Kremena. 2014. “Ending Central African Republic’s Ethnic Violence: Can Interim President Catherine Samba-Panza Bring Peace?” <http://www.thepochtimes.com/n3/498256-ending-central-african-republics-ethnic-violence/>, 16 June 2016.
- Larson, Krista. 2013. “In Central African Republic, Diamonds are Seleka Best Friend.”, *Huff Post*, 14 May.
- Lenoir, Francois. 2014. “Central African Republic’s Interim President Catherine Samba-Panza holds a News Conference during an European Union (EU)-Africa Summit in Brussels April 3 2014”, <http://www.reuters.com/article/2014/05/06/us-centralafrica-politics-idUSBREA450PS20140506>, 14 June 2014.

- “Looming Food Crisis in the Central African Republic”. *IRIN*, 22 February 2013.
- Marchal, Roland. 2009. « Aux Marges du Monde en Afrique Centrale.... » *Les Etudes du CERI* (153-154), March.
- Mehler, Andreas. 2009. “Reshaping Political Space: The Impact of Armed Insurgency in Central African Republic.” Prepared for the III European Conference on African Studies, Leipzig, June, 2009.
- Miles, Tom. 2013. “Insurgency Threatens Food Crisis in Central African Republic. World Food Programme”, *Reuters*, 15 February.
- Moshiri, Nazanine. 2013. “Humanitarian Crisis Looms in CAR Capital.”, *Aljazeera*, 13 December.
- Multidisciplinary Mission to the Central African Republic (CAR): A Tragedy in the Making? 4-11 November 2006.
- Mwanasali, Musifiku. 1999. “Politics and Security in Central Africa.”, *African Journal of Political Science* 4 (2): 89-105.
- N’Ddiaye, Boubacar. 2007. “Beyond Demobilisation: Challenges and Opportunities for Security Sector Reform in the Central African Republic”, *The World Bank, Working Paper* (2), May.
- Neill, Ucko Hanna. 2014. “CAR Seleka Regroups: UN Deployment Can’t come Soon Enough.” <http://africajournalismtheworld.com/tag/catherine-samba-panza/>, 14 June 2014.
- Ngoupana, Paul-Martin. 2013. “Central African Republic’s Ex-Rebels went on Rampage: Rights Group.”, *Reuters*, 30 March.
- Ngoupana, Paul-Martin. 2013. “Ex-Rebel Launch Reprisals in Central African Republic Capital.”, *Reuters*, 16 April.
- Ngoupana, Paul-Martin. 2013. “France Sends Troops to Central African Republic to Stem Rebel Insurgency.”, *Reuters*, 23 March.
- Nossiter, Adam. 2014. “In Troubled States, New Governments with the same Old Problems.” <http://www.nytimes.com/2014/04/02/world/africa/in-troubled-states-new-governments-with-the-same-old-problems.html?r=0>, 16 June 2014.
- “Organised Crime and Instability in Central Africa: A Threat Assessment”. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2011.
- Ottaro, Allen. 2014. “An Interview with Father Paterné Mombe, SJ, Coordinator of the African Jesuit AIDS Network, about the Situation in the Troubled African Country.” <http://www.catholicworldreport.com/Item/3040/crisis-and-need-in-the-central-african-republic.aspx>, 14 June 2014.

- Pellerin, Cheryl. 2013. "Pentagon Continues to Ferry Troops, Equipment to Central African Republic." US Department of Defense, 16 December.
- Polity IV Country Report 2010: Central African Republic.
- "Séléka, Central Africa's Motley Rebel Coalition." *Global Post*, 24 March 2013.
- Séléka Rebels Gain Control of Central African Republic's Diamond Industry, 11 May 2013.
- "Séléka Rebels in the Central African Republic go on Rampage". *Vatican Radio*, 16 May 2013.
- Spittaels, Steven and Filip Hilgert. 2009. "Mapping Conflict Motives: Central African Republic." *IPIS Antwerp*.
- Sudan Issue Brief: Human Security Baseline Assessment, No. 5, 2007.
- Taylor, Ian. 2005. "Conflict and Violence in Central Africa: The Political Economy behind Internal and External Networks in Fomenting War in the Sub-Region." In *Central Africa: Crises, Reform and Reconstruction* edited by E.S.D. Fomin and John W. Forje (eds.), 241-258. Dakar: CODESRIA.
- The Failed States Index 2007. The Fund for Peace and Foreign Policy Magazine. [http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story\\_id=3865](http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3865), July/August.
- Unicef Central African Republic Monthly Report February 2009.
- "UN: Central African Republic Security Deteriorating.", *VOA News*, 16 April 2013.
- "Urgent Humanitarian Needs in Post-Coup Central African Republic", *IRIN*, 4 April 2013.
- Vircoulon, Thierry. 2013. "Failure Has Many Fathers: The Coup in the Central African Republic.", *Africa Think Press*, 28 March.
- Vircoulon, Thierry and Thibaud Lesueur. 2014. "Central African Republic: The Third Government in Thirteen Months Get under Way." <http://www.crisisgroupblogs.org/africanpeacebuilding/2014/01/21/central-african-republic-the-third-gov't-in-thirteen-months-gets-under-way/>, 16 June 2014.
- "War Crimes in the Central African Republic: When the Elephants Fight, the Grass Suffers.", *International Federation for Human Rights* (355), February 2003.
- Zafar, Ali and Keika Kubota. 2003. "Regional Integration in Central Africa: Key Issues". *Africa Region Working Paper Series* (52), June.

## RESUMO

O estudo centra-se nas raízes históricas da insurgência *Séléka* na República Centro Africana (RCA), de dezembro de 2012 a março de 2013, período que culminou com a derrubada de Francois Bozizé, a tomada do poder pela união (ou coalizão) *Séléka*, liderada pelo líder Michel Am Nondroko Djotodia e, posteriormente, por Catherine Samba-Panza. As raízes dessa insurgência e instabilidade são traçadas desde a administração francesa na África Equatorial. O estudo analisa especificamente a dinâmica interna que contribuiu para essa insurgência, bem como as consequências para a paz e a estabilidade do país. Os dados utilizados para a análise neste estudo são, basicamente, secundários e terciários em natureza. Temos reinterpretado e analisado esses dados no contexto da insurgência contínua, a instabilidade e desintegração que isso trouxe para a RCA e a África Central em geral. O estudo conclui que a insurgência *Séléka* que levou à mudança de liderança em março de 2013 e janeiro 2014 na RCA é o resultado de uma complexa interação de fatores que têm persistido e que são susceptíveis a continuar a fazer a RCA ser um *Failed State*, com repercussões sobre seu povo e nos países vizinhos.

## PALAVRAS-CHAVE

Insurgência *Séléka*; República Centro Africana (RCA); Segurança.

*Recebido em 21 de outubro de 2015.*

*Aprovado em 29 de abril de 2016.*

*Traduzido por Victor Abreu*